

Registro de Operações de Tratamento (ROPA)

Inventário das operações de tratamento: finalidade, dados, base legal, titulares e medidas de segurança.

Obrigatório · Novo - revisar · Atualizado: Julho de 2026

Base legal: Art. 37 e Resolução CD/ANPD nº 14/2024

1. Cadastro e autenticação de usuários

Finalidade: Criar conta, autenticar e gerenciar perfis na plataforma

Titulares: Pacientes, profissionais, empregadores, farmácias, voluntários, Angels

Dados: Nome, CPF/CNPJ, e-mail, telefone, senha (hash), foto, registro profissional

Base legal: Execução de contrato (Art. 7º, V) e legítimo interesse em segurança (Art. 7º, IX)

Retenção: Enquanto a conta estiver ativa + prazos legais

Segurança: Hash de senha, RBAC, auditoria de acesso

2. Prontuário eletrônico e teleconsulta

Finalidade: Prestação de serviços de saúde, registro clínico e telemedicina

Titulares: Pacientes

Dados: Dados sensíveis de saúde: anamnese, sintomas, diagnósticos (CID), prescrições, exames, notas de sessão, escalas psicológicas

Base legal: Tutela da saúde (Art. 11, II, f) e execução de contrato/prestação de serviço de saúde

Compartilhamento: Profissional vinculado, compartilhamento autorizado, exportação FHIR com consentimento

Segurança: Criptografia AES-256-GCM, audit log, TCLE obrigatório para vídeo

3. Videoconferência clínica

Finalidade: Realizar teleconsultas entre paciente e profissional

Operadores: Daily.co (primário), Google Meet (alternativo)

Dados: Áudio/vídeo em tempo real; metadados de sessão; gravação apenas se habilitada e consentida

Base legal: Tutela da saúde + consentimento específico (TCLE)

Transferência internacional: Possível (EUA) - ver Registro de Transferência Internacional

4. Módulo empresarial (NR-1, EAP, denúncias)

Finalidade: Saúde ocupacional, pesquisas de clima, canal de denúncias, documentação PGR/PCMSO

Titulares: Colaboradores de empresas clientes

Dados: Dados de saúde ocupacional, respostas anonimizadas em grupo, denúncias (mínimos necessários)

Base legal: Obrigação legal/regulatória, tutela da saúde, legítimo interesse com salvaguardas

Segurança: Anonimização em pesquisas com grupo mínimo, exportação auditável

5. Campanhas humanitárias e Angels

Finalidade: Triagem, teleconsulta voluntária e acompanhamento pós-consulta

Dados: Triagem, necessidades básicas, consentimento para contato Angel

Base legal: Tutela da saúde, consentimento específico para contato de Angels

Risco: Alto - requer DPIA dedicada

6. Pagamentos e assinatura digital

Stripe: dados de pagamento (cartão, PIX, boleto) - base: execução de contrato.

Certillion: assinatura ICP-Brasil de prescrições e documentos - base: obrigação legal e execução de serviço de

saúde.